

Geopolítica e progresso econômico no Brasil: uma possível relação histórica

Geopolitics and economics progress in Brazil: a possible historical relation

José Alexandre Altahyde Hage*

Boletim Meridiano 47 vol. 14, n. 137, mai.-jun.2013 [p. 20 a 26]

O Debate

Este artigo é resultado parcial de pesquisa em andamento. Por isso, não temos intenção de esgotar o assunto. O texto é somente uma contribuição ao debate sobre uma característica da geopolítica brasileira que pensamos existir: a busca da industrialização como meio de construção do *poder nacional*.¹ O intuito do artigo é demonstrar a possível relação entre o pensamento geopolítico brasileiro, desenvolvido na primeira parte do século XX, com a industrialização em moldes mais adiantados, a pesada e os bens de capital.

Como não podia ser de outra forma, o moderno pensamento geopolítico brasileiro não é divorciado daquele originado na Europa Ocidental, da escola organicista alemã, de Ratzel (1844 a 1904) e da continentalista apresentada pelo estudioso britânico Mackinder (1861 a 1947). Neste estudo, o termo *moderno* significa que a geopolítica passou por sistematização e tratamento com princípios que na atualidade são chamados acadêmicos.

No século XX o pensamento geopolítico procurou se adequar naquilo que se convencionou chamar ciência. Em outras palavras, seguindo os passos daqueles conhecimentos que aceitavam métodos de experimentação, apreensão e resultados, como a biologia e a física que obedeciam a leis naturais e impessoais, a geopolítica (por meio do suporte geográfico) tencionou ser tratada como parte da grande família científica (Tosta, 1984).

A explicação acima é importante no desenvolvimento deste texto porque o exercício da geopolítica, ou seus princípios operacionais, não apareceu no começo do século XX. Na condição de ser um corpo de conhecimento, uma atividade política para o poder, as características daquilo que se passou a chamar geopolítica já existiam há muito tempo.

Se a geopolítica, entre outras coisas, é a relação entre o poder e o espaço ou o uso da geografia para a maximização do Estado, extraíndo dessa última a qualificação necessária para o exercício do poder (Mello 1996) então a

* Doutor em Ciência Política pela Universidade de Campinas – Unicamp. Professor curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo – UNESP (alexandrehage@hotmail.com).

1 Vários autores, diferentes no tempo e no espaço, versam o que se entende por poder nacional. Em Araújo Castro poder nacional são os instrumentos que ajudam a melhorar a inserção internacional dos Estados em face de um mundo organizado por grandes potências. Esses itens são a eficiência econômica, industrialização, a qualidade das forças armadas, o avanço em ciência e tecnologia e sofisticação da elite governante (Castro, 1999).

geopolítica sempre existiu. Claro, sempre existiu desde que houvesse *unidades políticas*² dispostas a usufruir desse conhecimento. Sob esse prisma, a guerra, a utilização ótima de recursos naturais e o conhecimento do espaço seriam itens que o Estado (atual unidade política) deveria conhecer para sobreviver.

Desta forma, fica sublinhado que a geopolítica que ganha ares universitários é aquela resultante da sistematização, com “métodos científicos”, feita por Ratzel e o sueco Kjellen (1864 a 1922). É fato que usar o termo ciência para designar geopolítica é algo controverso, que dá margem a muitas especulações, sobretudo por causa da iniciativa nazista com a Escola de Munique, cuja crença era a geopolítica estar a serviço da expansão germânica. Ainda pesa sobre o geógrafo alemão a pecha de ter sido ele o criador do *determinismo geográfico* que tanta crítica desperta nos debates da área (Moraes in Ratzel, 1991).

Procurando não se configurar nesse debate, a geopolítica brasileira herda o “cientifismo” europeu, como instrumento regular e racional para o exercício do poder nas relações internacionais. Mas o interesse de absorver o pensamento geopolítico deve partir de algum setor da sociedade brasileira que se veja na possibilidade de manipular o poder ou de auxiliar o quadro que o esteja exercendo, como se fosse *conselheiro do príncipe*.

Sobre isso é congruente verificar que o setor social brasileiro que mais se interessou pelo conhecimento geopolítico foi o Exército. Mas por que essa carreira das Armas tomou a iniciativa no lugar da universidade? Talvez esse fenômeno não tenha se limitado apenas ao Brasil. Na América Latina deve ter havido algo análogo como o Chile e a Argentina.

Porém, no Brasil o fundamento da moderna geopolítica ganha ares distintos, em hipótese, por causa de uma particularidade da vida educacional no País. A instituição conhecida como universidade é de fundação recente no Brasil. Não que inexistisse conhecimento de caráter universitário.³ A questão é que o ensino superior fora feito durante todo o século XIX por unidades independentes, como as Faculdades de Direito do Recife e de São Paulo, a Faculdade de Medicina da Bahia, e a Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

A primeira instituição de ensino com amplos moldes universitários só foi fundada em 1934, a Universidade de São Paulo (USP).⁴ O fato de não haver existido universidade no século XIX, e início do XX, obrigatoriamente evitaria o conhecimento da geopolítica nos moldes adiantados? Talvez não o impedisse, mas limitaria o debate e perderia algo importante no cotidiano universitário: a construção de redes e de ideias em circulação.

Portanto, sem a vida universitária que falasse nacionalmente, que chamasse para si o fator do pensar global, ainda que pudesse soar pedante, deixou o Exército nacional com essa missão. E por que essa Arma? Porque o Exército seria a única instituição, com exceção da Igreja Católica, com presença em quase todo o Brasil. Mais do que isso, uma instituição que por força da profissão teria a tendência de pensar planos nacionais, notadamente após 1870.

A saber, a partir daquela data, como escreve Nelson Werneck Sodré, o Exército volta da Guerra do Paraguai passando por duas transformações complementares. 1 – A Arma consegue constituir consciência de seu papel na ordem nacional e ganha relevância. 2 – Em virtude disso, passou a atrair jovens da classe média que se interessaram pela carreira militar, a escola de oficiais do Realengo. Quer dizer, havia algo a mais que as faculdades imperiais (Sodré, 1968).

2 É muito apropriado o conceito de unidade política utilizado por Raymond Aron. No entender desse autor unidade política é todo território delimitado por fronteiras, ou algo com esse papel, substanciado por uma cultura e tradição, que seja organizado por algum tipo de poder, uma coerção. Dentro desse modelo cabem as cidades-Estados gregas, a República romana e os modernos Estados do século XVII (Aron, 1986).

3 Por universidade se pensa em um *lócus* em que a cultura se torna universal, em que haja um conjunto de atores propensos a sair dos limites estabelecidos pelo tempo e pelas circunstâncias (Casagrande, 1987: 1276). No Brasil do século XIX o convívio dessa natureza deveria ser feito entre o estudante de uma faculdade isolada com universidades dos Estados Unidos e Europa. Talvez a personagem exemplar disso seja Gilberto Freyre que teve toda sua formação intelectual no exterior e só retornou definitivamente nos anos 1930.

4 Se foi a USP a primeira universidade brasileira é algo controverso. Há quem diga que foi a Universidade do Brasil em 1920 (atual UFRJ). Da mesma forma há quem prefira a Universidade Federal do Paraná, de 1912. De todo modo, o que importa é frisar que a vida universitária no Brasil é bastante tardia, mesmo comparando com a América Latina. Sobre esse ponto pode-se consultar Fernando de Azevedo (Azevedo, 1963).

Por conseguinte, pensamos ser congruente adentrarmos em alguns aspectos do pensamento social para melhor compreender os fundamentos geopolíticos no decorrer do século XX. Isto porque é indissociável a concepção brasileira de geopolítica, do Exército, e as correntes intelectuais que grassavam no Brasil da segunda parte do século XIX, como o positivismo.

De certa forma, a luta por valorização socioeconômica do Exército, mais que a Marinha-de-Guerra, nos anos 1870, refletiu na organização e montagem da grade curricular da academia de oficiais. À primeira vista o currículo ainda carregava matérias dos anos 1820, da influência portuguesa (também se via a britânica na Marinha). Porém, aquela composição curricular não mais dava conta das complexidades que o Brasil passou a ter a caminho do século XX, maior participação internacional, preocupações com a política regional etc.

A reforma curricular após a Guerra do Paraguai tem o fito de adaptar o Exército aos novos tempos. As disciplinas não têm de ser somente mais bem feitas e eficientes; há também de preparar o oficial para as grandes questões nacionais que se avolumam. Não se pode dizer que haveria ciência política ou sociologia no Realengo, pelo menos não na forma com a qual essas disciplinas são conhecidas na atualidade. Mas preparar o jovem oficial com missão civilizadora e de transformação nacional foi aventado (Galvão *in* Cunha, 1984).⁵

O impulso intelectual dos oficiais se deu por meio do pensamento positivista. Talvez seja o Exército foi o setor em que a obra de Augusto Comte (1798 a 1857) mais deitou raízes e influenciou gerações. Só a relação entre Exército e positivismo já merece tratamento à parte. Por isso, emerge a questão de por que esse imbricamento ocorreu de forma franca.

Não resta dúvida de que o advento da República, em 1889, foi uma ação não apenas política. Houve traços intelectuais e possuidores de um propósito de missão, de uma realização importante a cumprir em prol do Brasil. Por exemplo, essa missão foi bem expressiva na militância positivista do marechal Cândido Rondon (1865 a 1958) em sua busca de civilizar o Centro-Oeste, abrindo o Mato Grosso para obras de engenharia do Exército (Diacon, 2006).

Haveria razão específica para que o Exército abraçasse entusiasticamente o positivismo? É evidente que a obra do francês não foi seguida somente pelos militares. A transmissão do pensamento para oficiais deveria ser feita também pelos *bacharéis*, professores saídos das faculdades de direito, antes de tudo. Sobre isso é conhecida a polêmica entre Silvio Romero, por exemplo, com o positivismo no Recife; assim como Olavo Bilac, que tivera intenso contato e influência na academia do Realengo (Ventura: 1991).

Partindo em bases breves para compreender o positivismo, e por que a atração do Exército brasileiro a essa doutrina sociológica, podemos dizer que Comte vislumbrava uma relação sociopolítica que ultrapassasse questões prementes. Da mesma forma que o marxismo, o positivismo vê como negativo a hegemonia de classes dominantes privilegiadas sobre a massa trabalhadora. Além disso, o pensador francês condena a maneira com a qual se organiza o Estado, o poder político nos países europeus: explorador e imperialista (Comte, 1978).

O positivismo acredita profundamente no poder transformador da ciência e da instrução. Crê que uma sociedade propícia a grandes realizações e ao progresso tem de ser industrializada; que seja governada por homens de grande capacidade técnica. Por fim, Comte acredita que sociedades que seguissem a orientação positivista seriam menos belicistas, uma vez que a razão e a ciência seriam importantes para ultrapassar sentimentos ligados a períodos em que havia pouco apego ao progresso científico. Seria o fim da guerra

Do positivismo deveria sair não somente um Brasil industrializado, mas também um país pacifista. A monarquia seria regime de sociedades sem instrução e atrasadas, por tanto deveria ser deixada de lado. Em Comte somente a República de homens dedicados e laboriosos poderia promover uma ordem de cooperação, inclusive antirracista

5 Um vulto histórico dessa passagem, que sofre a mudança curricular, é encontrada em Euclides da Cunha quando foi aluno na academia militar do Realengo. Mesmo abandonando o Exército após 1892 Euclides não deixa de demonstrar o modo com o qual vê o mundo. E isso pode ser visto em Canudos, apesar de sua crítica ao governo.

e a favor da harmonia entre as classes sociais, contra as lutas perturbadoras da ordem, o que o diferencia do marxismo. É importante frisar que o positivismo não é em essência nacionalista.

Assim, passa a ser instantânea a relação entre o Exército, no advento da República em 1889, com o pensamento positivista. Estava à vista a intenção de derrubar a monarquia para que se criasse uma sociedade baseada na razão, na ciência, na industrialização e na harmonia política. Harmonia que não seria somente doméstica, mas também na política exterior. Dessa parte sai a iniciativa da República brasileira à procura de reconhecimento tanto na América do Sul, bons termos no Prata, quanto com os Estados Unidos.

Deste modo, se o Brasil republicano, inspirado no positivismo, seria um Estado coeso, laborioso e forte, já que seria comandado por grupo convergente e de sábios, qual seria então o papel do Exército, mais que da Marinha na grande obra? Seria a missão de civilizar o País, de lutar a favor do progresso contra restos de atraso e obstáculos que ofendem a razão libertadora.

Já tivemos oportunidade de observar que a figura de Rondon obedece a essa lógica de civilização: integrar o Centro-Oeste ao núcleo educado, ainda que isso pudesse ser criticável (na atualidade). Mas o período de ensaio governamental positivista teve curta duração em virtude de novos arranjos que deveriam ser feitos para a urgente estabilidade político-econômica nacional, como a adoção da circulação de elites saídas de novos arranjos políticos em prol da governabilidade: como o pacto *Café com Leite* (Hage, 2013).⁶ De certa forma, esse pacto secundariza o princípio positivista que mobilizou o movimento de 1889, embora tenha permanecido no Exército por força da carreira.

Geopolítica e Transformação Econômica

O pensamento geopolítico brasileiro tem uma peculiaridade resultante da realidade brasileira da época, as primeiras décadas do século XX: ele prega o progresso econômico com preocupação social. Haveria como dizer, apesar do risco, que o pensamento geopolítico nacional tem compartimentos sociológicos à medida que a importância do espaço brasileiro, bem como suas riquezas naturais, não seria desvencilhada da situação social, das condições gerais de saúde e de trabalho do povo brasileiro.

É fato que não se deve extrair dessa afirmação interpretações “progressistas” com coloração socialista. Por si, esse sentimento social não seria estranho uma vez que o positivismo o apresenta primordialmente como preocupação necessária da elite governante republicana. Por outro lado, quais seriam as condições sociais do povo brasileiro no começo do século passado? Não escapando do lado social o *capitão* Mário Travassos tem visão sobre relevante eixo geopolítico da integração nacional, mas mal trabalhado, o rio São Francisco:

“No dia em que suas vertentes estiverem coalhadas de cultura, seus canais navegáveis balizados e dragados sistematicamente, seus portos e material flutuante convenientemente equipados, suas populações cuidadas contra as endemias e trabalhadas pela alfabetização, teremos criado um eixo polarizador e distribuidor de energias econômicas do ‘hinterland’ brasileiro (...)” (Travassos, 1938: 188)

Como exposto acima, Travassos foi um dos primeiros a vislumbrar a geopolítica dentro do enquadramento “científico”. Sua exposição da matéria não deixa de ser tributária dos mestres europeus, Ratzel e Kjellen. O capitão não só imagina a formação territorial do Brasil salutar, em virtude de sua massa generosa e variados recursos naturais, o que qualificaria o País a uma posição de destaque na política internacional, mas também reconhece o posicionamento brasileiro como algo exigente de políticas mais bem concebidas.

6 Para não demorarmos mais nesta questão indicamos aos interessados o citado artigo (Hage, 2013).

A exemplo de Mackinder, Travassos utiliza o conceito de *heartland* e o transfere para a América do Sul, imaginando que o subcontinente sofreria as mesmas crises políticas existentes no Velho Continente. A saber, haveria no subcontinente uma área pivô, muito delicada, que uma vez dominada e bem trabalhada por determinado Estado conferiria a este um ganho e vantagens variadas que certamente o transformaria em potência ascendente.

Não seria desperdício dizer que o *heartland* sul-americano se localizaria justamente na área circutada por Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai. Um raio que abarcaria a região do antigo Mato Grosso, parte do Paraguai e oriente boliviano. Na época de Travassos o apelo para reconhecer papel de destaque aquela área era grande. Os motivos para podem ser vistos assim:

1 – Entre 1928 a 1933 Bolívia e Paraguai travaram a Guerra do Chaco por recursos energéticos, petróleo, e por maior proveito do rio Paraguai, bem como a busca de tomar território um do outro. Assunção saiu-se melhor do conflito, mas o problema em si perdurou pelas desconfianças. 2 – Direta ou indiretamente Argentina e Brasil tomaram parte naquela guerra, apoiando diplomaticamente, com discrição um dos lados, ou dando-lhes apoio material. 3 – A região do Mato Grosso seria área de transição da bacia platina para a amazônica. Quem dominasse a região ganharia bônus no controle geral da economia e transporte:

“O território boliviano póde ser considerado como o centro geográfico do continente sul-americano, seja por sua posição como explosão oriental dos mais importantes contrafortes da Cordilheira, seja como ponte orográfica abrindo o sistema andino, simultaneamente, ás influências político-econômicas que as bacias do Amazonas e do Prata representam na massa continental” (Travassos, 1938: 200).

Seria crível que o Brasil se credenciasse a país preeminente na América do Sul, controlando sua política. Mas eis que surge o problema: qual seria a condição do poder nacional brasileiro para essa tarefa? Neste ponto, a geopolítica de Travassos pede com urgência a construção desse agrupamento, seu bom relacionamento entre os setores políticos e econômicos, mas que haja também preocupação do Estado para sanar problemas típicos do século XIX, como o subemprego.

Apesar das dimensões territoriais o Brasil padece de falta de plano estratégico que desse maior atenção a um setor da infraestrutura de grande relevância em qualquer lugar: a ferrovia. Ao contrário do Brasil a República Argentina dá impressão de saber qual é seu lugar na ordem das coisas. País rico em recursos naturais também goza de coesão social e no plano de ação – Buenos Aires sabe o que se deve fazer para ter destaque na América do Sul.

Se Mackinder havia pensado o grande conflito entre Reino Unido e Alemanha imperial, com participação da Rússia czarista, para sedimentação de poder sobre o *heartland*, é porque ele percebia que o equilíbrio europeu estava comprometido justamente pelo crescimento político-econômico de um dos competidores. Os esforços contínuos de Berlim para montar respeitada Marinha-de-Guerra e daí partir para a Ásia e África era algo que inspirava admiração e medo na elite política britânica e russa (Mello, 1966).

Ainda que a Europa fosse mais complexa que a América do Sul no quesito militar e econômico isso não impediu que Travassos, e posteriormente, o general Golbery do Couto e Silva, utilizasse o modelo europeu de disputa para imaginar dois contendores sul-americanos (Miyamoto, 1995). O autor de *Projeção Continental do Brasil* reparava na dianteira do poder argentino na primeira parte do século XX. Dona de melhor economia, estabilidade social, pouca fratura regional em virtude de não haver divergências geográficas; e possuidora de convenientes malhas ferroviárias para um projeto geopolítico a Argentina era vista como Estado preeminente na política sul-americana, sendo um dos traumas disso o aprisionamento geopolítico de Bolívia e Paraguai, dois países mediterrâneos.

Na visão de Travassos a política brasileira não era consistente em face do poder argentino. Caberia ao País a incumbência de formular planos de progresso econômico que tivessem duas vertentes: uma coesa política de transporte, construindo ferrovias estratégicas, ligando o centro dinâmico nacional à “periferia” do Estado, como

o Centro-Oeste e o Norte. No mesmo pé deveria o Brasil conceber planos de industrialização, notadamente, em equipamentos pesados, como metalurgia, essencial para a economia de guerra.

Como frisou Everardo Backheuser, o Brasil deixaria a *fase de caranguejo*, de preocupado somente com o litoral, e passaria a se preocupar com áreas sensíveis do território nacional, com pouca demografia e economia não dinâmica. Para o professor de geopolítica da PUC-RJ, em 1949, não haveria separação entre a tarefa de progredir política e economicamente o Brasil com sua expressão geopolítica em face de suas enormes redes de fronteiras (Backeuser, 1952).

O efeito desse empreendimento seria a mudança de importância econômica do Brasil, sendo menos dependente dos Estados industrializados, e a despressurização política que a Argentina teria no subcontinente ap aproveitar a fragilidade histórica de Bolívia e Paraguai. Por conseguinte, ainda que de modo não regular, algumas propostas de Travassos ganharam vida. Além da Companhia Siderúrgica Nacional, de 1942, houve a construção da ferrovia Bolívia-Brasil nos anos 1950, inclusive com o intuito de transportar minérios energéticos a São Paulo, bem como dar ao vizinho andino uma saída para o mar.

À guisa de conclusão, nosso objetivo foi abrir debate sobre a visão peculiar da geopolítica brasileira da primeira parte do século XX por meio de um de seus principais expositores, Mário Travassos. Tencionamos também investigar as razões que fizeram do pensamento geopolítico nacional meio de reivindicar progresso econômico e mudanças sociais. Um dos motivos mais prementes seria o fato de que o Brasil não qualificaria seu poder nacional sofrendo algumas mazelas, como a falta de integração nacional, o analfabetismo e a economia sem dinamismo suficiente para promover a mudança qualitativa.

Por outro lado, é interessante também observar que algumas premissas do pensamento de Comte casaram bem com o Exército brasileiro, apesar das contradições. Por exemplo, a doutrina comtiana é pacifista e não nacionalista; algo que não atrairia conceitualmente exércitos europeus. No positivismo o militarismo é resquício de atraso político e social, algo medieval. No Brasil, mesmo que não tenha havido uma política militarista foi a República obra do Exército em primeiro lugar. Sem dúvida são questões que merecem mais investigação.

Bibliografia

- ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília, Edunb, 1986.
- AZEVEDO, Fernando de. *A Cultura Brasileira*. Brasília, Edunb, 1963.
- BACKHEUSER, Everardo. *A Geopolítica Geral do Brasil*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1952.
- CASAGRANDE, Joseph. “Universalismo Cultural”. In *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, FGV-MEC, 1987.
- COMTE, Augusto. Comte. Coletânea organizada por Evaristo de Moraes Filho. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo, Ática, 1978.
- CUNHA, Euclides da. *Euclides da Cunha*. Coletânea organizada por Walnice Nogueira Galvão. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo, Ática, 1984.
- CASTRO, João Augusto de Araújo. “O Poder Nacional: Limitações de Ordem Interna e Externa”. In *Parcerias Estratégicas*. Numero 6. Brasília, 1999.
- DIACON, Todd. *Rondon*. Perfis Brasileiros. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.
- HAGE, José Alexandre Altahyde. “Mário Travassos e a Geopolítica Brasileira: Tensão com a Argentina e Preocupação com Imperialismos”. In *Revista de Geopolítica*. Volume 4, número 1. Versão eletrônica encontrada em C:\Users\Alexandre\Downloads\67-446-1-PB (2).pdf. Lido a 24.04.2013.
- MELLO, Leonel Itaussu. *Quem tem Medo da Geopolítica?* São Paulo, Edusp, 1996.
- MYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e Poder no Brasil*. Campinas, Papirus, 1995.

TOSTA, Octavio. *Teorias Geopolíticas*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1984.

RATZEL, Friedrich. *Ratzel*. Coletânea organizada por Robert Moraes. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo, Ática, 1991.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

TRAVASSOS, Mário. *Projeção Continental do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938.

VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

Resumo

O intuito deste artigo é demonstrar a relação entre pensamento geopolítico brasileiro com o progresso econômico, com a industrialização. Também é objetivo do texto saber por que o Exército brasileiro absorveu de imediato o pensamento geopolítico, ao contrário do europeu ocidental que foi em grande parte trabalhado pelas universidades.

Abstract

This paper intends to show the relationship between the Brazilian geopolitical thought with the economics progress, working for industrialization. Beyond the paper wishes to know why the Brazilian Army searched immediately the geopolitics thought in opposite to west Europe where that task was searched by universities.

Palavras-Chave: Geopolítica Brasileira; Pensamento Social; Exército Brasileiro.

Key-Words: Brazilian Geopolitics; Social Thought; Brazilian Army.

Recebido em 25/04/2013

Aprovado em 22/05/2013